

Figura 25, os Censos mostram pouca variação no percentual do milésimo mais rico, com algum aumento ao longo do tempo; em comparação, os dados tributários, além de apontar níveis mais elevados de concentração, são mais caóticos. Já as Pnad's indicam níveis bem menores, replicando a piora da concentração nos anos 1980. Se, na década de 1980, Censos e Pnad's produziram números parecidos, as duas pesquisas divergiram depois de 2000, com tendência de queda só nas Pnad's.

Algo semelhante ocorre com o centésimo mais rico. Na Figura 26, vê-se para os dados tributários as tendências já discutidas antes. Para os Censos, há, mais uma vez, relativa estabilidade depois de aumento sensível nos anos 1960. Nas últimas duas décadas, os números dos Censos são razoavelmente próximos dos verificados nas tabulações do IRPF. As Pnad's, por sua vez, são mais otimistas e divergem dos Censos ao sugerir uma progressiva redução da concentração no topo a partir do início dos anos 1990.

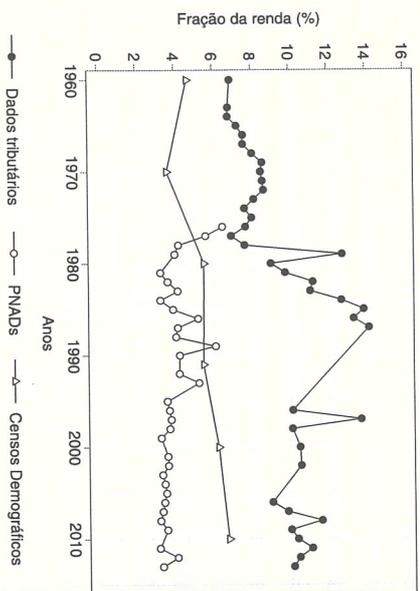
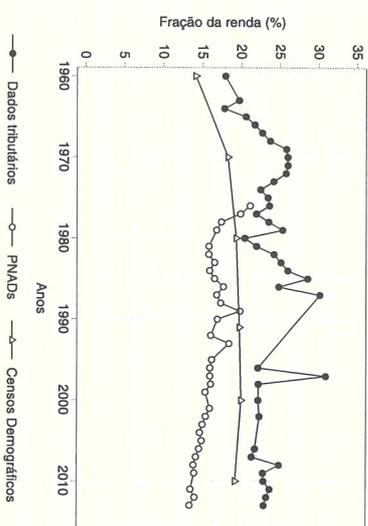


Figura 25. Fração recebida pelo 0,1% mais rico nos dados tributários, Pnad's e Censos Demográficos – Brasil, 1960–2013 (%)

Fonte: elaboração própria com base em tabulações de dados tributários, das Contas Nacionais e dos microdados das Pnad's e Censos Demográficos; ver Capítulo 4.
N.B.: as informações do Censo 1960 são provenientes do Ijurns International (Minnesota Population Center,

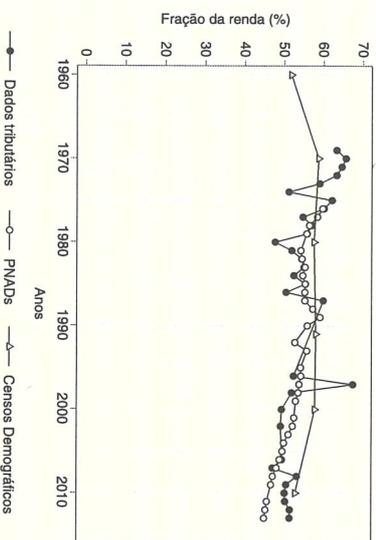
2015) e excluem onze UF's (AC, AM, AP, ES, GB, MA, PA, PI, RO, RR e SC). Os percentuais para 1960 foram obtidos por interpolação, porque o Censo continha apenas uma variável categórica para a renda.

Figura 26. Fração recebida pelo 1% mais rico nos dados tributários, Pnad's e Censos Demográficos. Brasil, 1960–2013 (%)



Fonte: elaboração própria com base em tabulações de dados tributários, das Contas Nacionais e dos microdados das Pnad's e Censos Demográficos; ver Capítulo 4.
N.B.: as informações do Censo 1960 são provenientes do Ijurns International (Minnesota Population Center, 2015) e excluem onze UF's (AC, AM, AP, ES, GB, MA, PA, PI, RO, RR e SC). Os percentuais para 1960 foram obtidos por interpolação, porque o Censo continha apenas uma variável categórica para a renda.

Figura 27. Fração recebida pelos 10% mais ricos nos dados tributários, Pnad's e Censos Demográficos. Brasil, 1960–2013 (%)



Fonte: elaboração própria com base em tabulações de dados tributários, das Contas Nacionais e dos microdados das Pnad's e Censos Demográficos; ver Capítulo 4.
N.B.: as informações do Censo 1960 são provenientes do Ijurns International (Minnesota Population Center, 2015) e excluem onze UF's (AC, AM, AP, ES, GB, MA, PA, PI, RO, RR e SC). Os percentuais para 1960 foram obtidos por interpolação, porque o Censo continha apenas uma variável categórica para a renda.

A Figura 27, que trata do décimo mais rico, mostra outro cenário. Dados tributários, Pnad's e Censos apresentam níveis e tendências bem parecidos, salvo por algumas discrepâncias nos últimos anos. Ao contrário dos gráficos anteriores, em diversos anos os números das pesquisas domiciliares chegam a ser mais altos do que os das tabulações do imposto de renda. Em parte, isso ocorre por causa da indisponibilidade de tabulações ordenadas por rendimentos totais antes de 2006, o que produz alguma subestimação dos rendimentos sobretudo quando se consideram grupos mais amplos do que o 1% ou os 5% mais ricos. Nos três casos, a tendência geral indica, nos últimos 10-15 anos, uma concentração no topo menor do que se observava nos anos 1970.

Em termos comparativos, portanto, a mensagem principal dos gráficos é que a subestimação dos rendimentos dos mais ricos de fato ocorre nas pesquisas domiciliares brasileiras, afetando com mais intensidade as Pnad's, e diminuindo até praticamente desaparecer conforme a definição de "ricos" engloba todo o décimo superior. Os Censos estão mais próximos das tabulações do IRPF em nível e — em menor grau — em tendência, discrepando das Pnad's com mais força nas últimas décadas. Até o Censo de 1991 os resultados das duas pesquisas domiciliares eram muito mais próximos.

Em termos substantivos, os Censos exibem o mesmo padrão para os anos 1960 dos dados tributários: o aumento da concentração no topo dá-se não pela expansão da fatia apropriada pelo milésimo mais rico, e sim pela elevação do naco dos estratos logo atrás. Entre 1960 e 1970, a fração do 0,1% nos Censos chega a cair, enquanto a do 1% mais rico sobe bastante. Em contrapartida, não se vê nenhuma piora da concentração no topo nos anos 1980 nos Censos, em oposição ao registrado nos dados tributários e, em menor grau, nas Pnad's. No período mais recente, a relativa estabilidade dos Censos

está mais próxima das estimativas tributárias do que a progressiva desconcentração vista nas Pnad's.

5.4.2 Corrigindo o coeficiente de Gini

Fica a pergunta: qual o efeito da subestimação dos rendimentos dos ricos nos coeficientes de Gini calculados nas Pnad's e nos Censos? Os dados tributários podem ser usados para corrigir essa subestimação no topo e reestimar o Gini. A literatura internacional, entretanto, não costuma fazê-lo e não há consenso sobre a melhor metodologia.

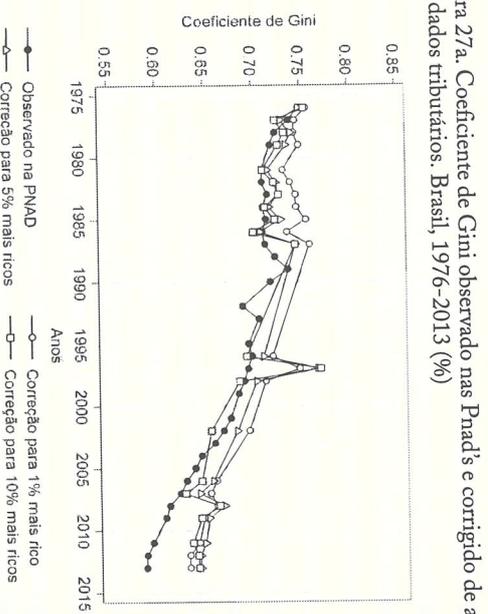
No Brasil, os primeiros trabalhos nessa linha foram os de Medeiros, Souza & Castro (2015b) e Souza & Medeiros (2015), que "encaixaram" as distribuições observadas nos microdados das Pnad's com as interpoladas nas tabulações do imposto de renda para os anos de 2006 e 2012. O "encaixe" consistiu em usar a distribuição da Pnad até determinado ponto de corte e a distribuição interpolada dos dados tributários acima disso. O ponto de corte foi escolhido como o percentil a partir do qual os valores absolutos dos rendimentos passam a ser sistematicamente maiores nas tabulações do IRPF, o que, empiricamente, correspondeu ao percentil 90%. Com isso, os autores concluíram que a correção pelos dados tributários faz que a aparente queda do Gini na Pnad seja bastante atenuada, aproximando-se mais de estabilidade do que de grandes mudanças, resultado que se mostrou robusto à maior parte dos testes de sensibilidade aplicados.

Neste trabalho, optei por uma metodologia mais usada internacionalmente (Alvaredo, 2011; Atkinson, 2007; Atkinson, Piketty & Saez, 2011; Londoño Vélez, 2012), que se baseia na decomposição do Gini por subgrupos com rendimentos não sobrepostos (Dagum, 1997; Kakwani, 1980; Yitzhaki, 2002). Além de fácil implementação, essa escolha é

mais apropriada nos anos em que a inflação alta inviabiliza a comparação dos valores absolutos devido aos diferentes períodos de referência das informações. Como as Pnad's e Censos se referem a meses específicos e o IRPF cobre o ano todo, a comparação direta dos valores passa a depender crucialmente do deflator. Os trabalhos que “encaixaram” as distribuições não sofreram esse problema, porque trataram do período pós-Plano Real.

O procedimento consiste em decompor o Gini em subgrupos não sobrepostos — os $x\%$ mais ricos e o resto da distribuição — e em seguida alterar as fórmulas para refletir a fração da renda apropriada pelos ricos nos dados tributários.

A Figura 27a traz o coeficiente de Gini observado nas Pnad's de 1976 a 2013 e os Gini corrigidos para três pontos de corte, dados pelos 1%, 5% e 10% mais ricos. Os resultados para a correção pelos 5% mais ricos são os mesmos apresentados na Seção 5.2 acima. Por motivos de espaço, os resultados para os Censos, omitidos neste livro, podem ser encontrados em Souza (2017, pp. 241-2).



Fonte: elaboração própria com base em tabulações de dados tributários, das Contas Nacionais e dos microdados das Pnad's; ver Capítulo 4.

Começamos pelo coeficiente de Gini não corrigido. A diminuição da concentração no topo vista na seção anterior nas Pnad's aparece com mais força nos Ginis. Depois de uma queda entre 1975 e 1980 e do seu agravamento entre 1985 e 1990, a desigualdade medida pelo Gini nos dados originais registrou redução quase monotônica na década seguinte, com aceleração a partir de 2001. Em 2013 o Gini para rendimentos dos indivíduos com 20 anos ou mais apresentou seu menor valor em toda a série, 0,587.

Como mencionado, há uma força de longo prazo em ação: a entrada das mulheres no mercado de trabalho, que, ao promover a redução do percentual da população adulta sem rendimentos, contribuiu para diminuir a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini. O aumento paulatino, desde a década de 1960, de cerca de 1 p.p. por ano no percentual de mulheres com rendimentos próprios contrabalançou também a tendência para maior desigualdade verificada nos anos 1980 em diversos estudos que analisaram a renda domiciliar *per capita* ou os rendimentos do trabalho dos ocupados (e.g., Soares, 2006). Por exemplo, enquanto o Gini da população adulta como um todo registra queda de 4% entre 1976 e 1990, o Gini apenas para a população com rendimentos individuais positivos aponta aumento de 1%.

A partir da década de 1990, a discrepância entre esses dois Ginis desaparece, ainda que o indicador calculado para a população adulta como um todo caia sempre um pouco mais rápido. Ou seja, a expansão da força de trabalho remunerada e os outros fatores enumerados na Seção 3.5 do Capítulo 3 — melhoria do nível educacional e diminuição das desigualdades de acesso à educação, menor segmentação regional, valorização do salário mínimo e expansão das transferências sociais, entre outros — contribuíram para uma queda prolongada de cerca de 15% no coeficiente de Gini observado entre 1995 e 2013.

Os Ginis corrigidos pelos resultados dos dados tributários qualificam esse diagnóstico. Neles, o progresso foi bem menor. As três correções reiteram o pico da desigualdade nos anos 1980 e a redução posterior; a diferença é que o declínio é bem mais tímido do que contam os dados originais das Pnad's, desacelerando muito em meados dos anos 2000. De lá para cá, há apenas estabilidade, o que vai ao encontro das conclusões de Medeiros, Souza & Castro (2015b) e Souza & Medeiros (2015), apesar das diferenças de metodologia. Em 2013, os Ginis corrigidos variam entre 0,632 (correção para o 1% mais rico) e 0,643 (correção para os 5% mais ricos), valores entre 8% e 10% maiores do que nos dados originais. Com as correções, a queda observada de 12% entre 2002 e 2013 passa a ser de 9% (correção para o 1% mais rico), 6% (correção para os 5% mais ricos) ou mesmo 2% (correção para os 10% mais ricos).

Como a subestimação no topo afeta todo o décimo superior (Figuras 25-27), é razoável concluir que os resultados das Pnad's são excessivamente otimistas quanto ao nível e à evolução do Gini da população adulta brasileira. A desigualdade realmente recuou, só que permanece alta, e seu ritmo de queda foi muito mais lento do que o imaginado, com aparente esgotamento a partir da segunda metade dos anos 2000.

Em resumo, em um país como o Brasil, a fatia dos ricos influi muito no comportamento até de medidas sintéticas da desigualdade, como o Gini, cuja sensibilidade aos extremos da distribuição de renda é limitada. Quando se corrigem as Pnad's para a subestimação dos rendimentos mais altos, o coeficiente de Gini torna-se mais elevado e sua trajetória é alterada, sobretudo no período mais recente. Com isso, a tendência rósea de declínio continuado da desigualdade perde vigor, e o Gini parece estacionar já em meados dos anos 2000.

Os resultados desta seção corroboram as conclusões anteriores quanto ao baixo impacto da redemocratização em 1985 sobre as fatias da renda apropriadas pelos ricos. Por sinal, o fato de as pesquisas domiciliares sugerirem mais continuidade do que rupturas nas frações recebidas pelos mais ricos se alinha com a interpretação esboçada acima, que enfatizou o caráter inercial da concentração no topo e sua determinação político-institucional.

Evidentemente, é necessário introduzir qualificações no argumento, uma vez que há mais mudanças no coeficiente de Gini do que nas frações recebidas pelos mais ricos. Em termos empíricos, isso significa que houve redistribuição na "base" — em sentido amplo, incluindo os 80%-90% mais "pobres" —, sem afetar o quinhão dos ricos. Em termos mais abstratos, reforça-se a ideia de que há muitas desigualdades e que diferentes partes da distribuição sofrem influências muitas vezes distintas. Na esteira das perguntas que orientam este capítulo, os resultados para a distribuição como um todo são um pouco mais favoráveis ao potencial redistributivo da democracia, ainda que o período seja curto demais e as variações demasiado modestas para que se possa chegar a conclusões mais taxativas. Parece haver maior margem de manobra para transformações na base via políticas de inclusão que, no entanto, não alteram significativamente a concentração entre os ricos.

5.5 A concentração no topo no Brasil e no mundo

5.5.1 A fatia do 1% mais rico em comparação internacional

Um dos saltos recentes da literatura sobre desigualdade foi abraçar de vez a perspectiva internacional. Os estudos sobre

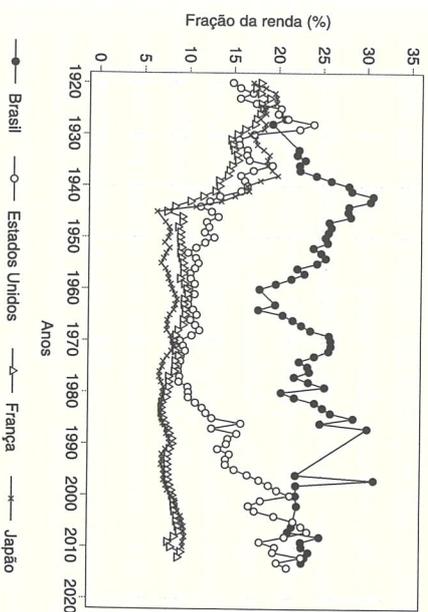
os mais ricos seguiram a mesma tendência: na sequência dos trabalhos de Piketty e seus colaboradores, pesquisadores de muitos países recorreram a dados tributários para construir séries históricas comparáveis. O trabalho de síntese dos resultados ainda está em seu início, mas há ao menos dois fatos estilizados relevantes: a compressão significativa dos altos rendimentos em muitos países ricos em meio aos choques do período 1914-1945 e a ascensão recente da concentração no topo sobretudo nos Estados Unidos e nos países anglofonos (ver Seção 3.4 do Capítulo 3). O fato de que outros países ricos passaram ao largo dessa mudança, por sinal, é um dos argumentos principais de Atkinson, Piketty & Saez (2011) e de Alvaredo et al. (2013) contra explicações puramente tecnológicas, em termos de oferta e demanda, e a favor do foco em diferenças em políticas e instituições.

A Figura 28 contrasta as fatias da renda recebidas pelo centésimo mais rico no Brasil e em três países desenvolvidos — Estados Unidos, França e Japão — selecionados por seu peso político e econômico e por encarnarem diferentes “variedades de capitalismo” (Hall & Soskice, 2001). De imediato, vê-se que nossa trajetória em nada lembra o ocorrido nesses países e nem em outros, como Alemanha e Reino Unido, cujos gráficos análogos são versões abrandadas do que se passou no Japão e nos Estados Unidos, respectivamente. Os países ricos, por sua vez, só foram semelhantes entre si até o fim dos anos 1970. Estados Unidos, França e Japão apresentaram quedas abruptas da fração da renda apropriada pelo 1% mais rico durante a Grande Depressão e mais ainda na Segunda Guerra e testemunharam juntos longo período de razoável estabilidade na concentração no topo. Contudo, seus caminhos se bifurcaram em meados da década de 1970, quando a desigualdade americana começou a disparar, enquanto França e Japão permaneceram estáveis.

Se é verdade que o argumento de Jeffrey Williamson (2015) sobre a América Latina merece ser qualificado — como visto, o

Brasil não perdeu totalmente o “grande nivelamento” —, é forçoso reconhecer que ele possui grande mérito. Por mais frágeis que sejam os dados para os anos 1920 e 1930, tudo indica que a concentração no topo no Brasil não era anormalmente alta um século atrás, estando apenas um pouco acima do observado alhures até a Grande Depressão. Deixando de lado os anos atípicos da guerra em nosso país, também é claro que tivemos, durante o interregno democrático de 1945 a 1964, um “mininivelamento”, em comparação com o “grande nivelamento” representado pelo colapso da fração recebida pelos ricos tanto nos países mais afetados pela destruição física durante o conflito, como França e Japão, quanto em países que de todo modo tiveram de colocar sua economia em ritmo de guerra, como os Estados Unidos. Nada disso altera o que foi dito antes acerca da inflexão provocada pelo golpe militar de 1964, pois é impossível saber quanto tempo mais duraria o processo de nivelamento no Brasil.

Figura 28. Fração recebida pelo 1% mais rico no Brasil e em países desenvolvidos selecionados, 1920–2013



Fonte: para o Brasil, elaboração própria com base em tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais; ver Capítulo 4. Para os demais países, World Wealth and Income Database (Alvaredo et al., 2015). N.B.: resultados para Brasil e Estados Unidos incluem ganhos de capital.

Nos últimos anos a alta desigualdade deixou de ser uma jabuticaba brasileira, ou quicá latino-americana, uma vez que a piora sem precedentes na concentração no topo nos Estados Unidos deu aos americanos o privilégio duvido de estar quase no mesmo patamar observado por aqui. Embora a desigualdade lá venha recrudescendo por décadas, houve saltos consideráveis em períodos circunscritos, como na segunda metade dos anos 1980 (segundo governo Reagan), na segunda metade da década de 1990 (segundo governo Clinton) e em meados dos anos 2000, com a recuperação após a recessão de 2001 e o estouro da bolha das empresas “ponto-com” (primeiro governo de George W. Bush).

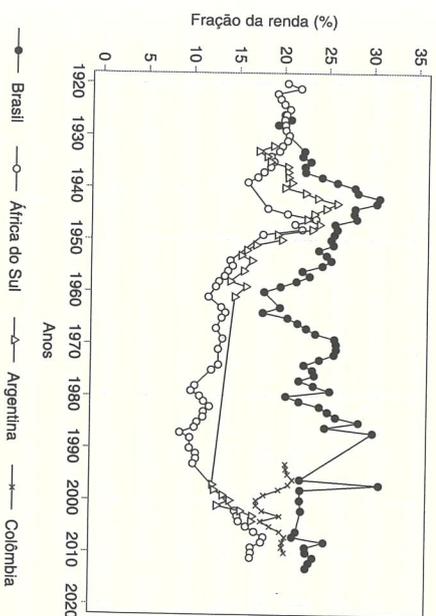
Ou seja, mesmo no caso americano, a ascensão da desigualdade tende a se concentrar em arroubos relativamente curtos, só que, ao contrário do visto por aqui, há uma tendência sustentada de aumento. Já na França e no Japão, e em vários outros países, como Alemanha e Suécia, houve muito mais estabilidade depois do choque da guerra. Outros países anglófonos, como Austrália, Canadá e Reino Unido, seguiram a tendência americana, em grau mais diluído, com elevação um pouco mais modesta da concentração no topo, que, de todo modo, continua relativamente baixa.

São raros os casos de redução prolongada e significativa da concentração no topo quando comparados com as ocasiões de mudanças súbitas. Ainda assim, eles existem, contemplando em geral países pouco populosos do norte da Europa, como Dinamarca, Noruega e Países Baixos. A Austrália, que não foi afetada diretamente pela guerra nem passou por nenhum grande nivelamento nos anos 1940, também pode ser incluída nesse grupo. Muitas dessas reduções graduais foram só moderadas. No mundo desenvolvido, o maior progresso foi registrado nos Países Baixos, onde o centésimo mais rico ganhava cerca de 12% da renda total por volta de 1950 e apenas 6% no início dos anos 1980, com uma queda, portanto, de mais ou menos

6 p.p. em três décadas, um pouco maior em magnitude do que a verificada por lá durante a Segunda Guerra (em torno de 4-5 p.p.).

A Figura 29 compara a fração recebida pelo centésimo mais rico no Brasil com os três países em desenvolvimento — África do Sul, Argentina e Colômbia — que encabeçam a lista dos mais desiguais no World Wealth and Income Database (WWID). As diferenças de trajetórias em relação aos países ricos são evidentes. O que mais chama a atenção é a relativa semelhança entre Brasil, África do Sul e Argentina até 1960, com divergência subsequente. Nos últimos anos, África do Sul e Argentina registraram algum aumento da concentração no topo, enquanto a Colômbia mostrou-se mais próxima do Brasil, com razoável estabilidade. A celebrada redução da desigualdade na América Latina — medida pelo coeficiente de Gini em pesquisas domiciliares — não dá as caras nos dados tributários.

Figura 29. Fração recebida pelo 1% mais rico no Brasil e em países em desenvolvimento selecionados, 1920-2013



Fonte: para o Brasil, elaboração própria com base em tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais; ver Capítulo 4. Para os demais países, World Wealth and Income Database (Alvarado et al., 2015). N.B.: apenas os resultados para o Brasil incluem ganhos de capital.

No que diz respeito ao nível da desigualdade, o Brasil é historicamente ainda mais desigual do que os países mais desiguais da WWID. No entanto, algum cuidado é necessário, porque as informações para os demais países não contemplam ganhos de capital e transferências patrimoniais. As diferenças nas unidades de análise — indivíduos, famílias ou combinações híbridas — também influem nos resultados, bem como outros motivos, como eficiência administrativa na fiscalização do imposto de renda, definição legal de rendimentos tributáveis e/ou apurados nas declarações, etc. É mais prudente, embora menos emocionante, afirmar apenas que estamos entre os mais desiguais entre os países para os quais há dados disponíveis.

A maior instabilidade da fração apropriada pelo 1% mais rico nos países da Figura 29 em relação aos países ricos da Figura 28 correlaciona-se à sua maior instabilidade institucional, em consonância com o argumento desenvolvido acima. Não à toa, Alvaredo (2008) interpretou a evolução da fátia recebida pelos mais ricos na Argentina notadamente a partir da interação entre choques externos — *i.e.*: o apetite europeu por *commodities* — e o sistema político-institucional argentino, em uma narrativa que guarda grandes paralelos com a história brasileira. O colapso da democracia após a Grande Depressão, com a restauração conservadora entre os dois golpes de Estado em 1930 e em 1943 que delimitam a “década infame”, desempenham para ele papel central para a compreensão do aumento subsequente da desigualdade, em conjugação com as condições favoráveis do mercado britânico e mundial durante a Segunda Guerra. A industrialização liderada pelo estado e as políticas trabalhistas dos primeiros anos no poder de Juan Domingo Perón são as explicações favoritas de Alvaredo para a súbita queda da concentração do topo no imediato pós-guerra. As similaridades com a experiência brasileira são claras, ainda que não devam ser exageradas. O próximo capítulo aborda

mais a fundo nossa história durante esse período; por ora, o importante é notar que, se os casos brasileiro e argentino forem típicos, as consequências distributivas da industrialização por substituição de importações merecem ser reavaliadas, em termos mais positivos, pelo menos até o golpe de 1964. Efetivamente, no Brasil e na Argentina, a concentração diminuiu nos períodos mais “desenvolvimentistas”. A julgar pelos resultados da Seção 5.3.2 e pelos números de Alvaredo (2008), em termos relativos, quem mais perdeu nessa época foram os mais ricos entre os ricos. Infelizmente, não é possível avaliar para onde fluíram os ganhos relativos, isto é, se os maiores beneficiados foram os estratos da base, do meio ou mais para o topo da distribuição de renda. O cenário mais plausível é que parcelas mais amplas da população tenham se beneficiado, afinal, as estimativas de Frankema (2009, cap. 6) e os trabalhos citados por Alvaredo (2008, p. 125) apontam que, tanto no Brasil quanto na Argentina, a participação dos salários na distribuição funcional da renda aumentou nesse período, alcançando um pico histórico em torno de 60% durante a década de 1950 (Frankema, 2009, p. 168).

O caso sul-africano é mais complicado, porque vai na contramão das evidências prévias. As pesquisas domiciliares normalmente colocam o coeficiente de Gini da África do Sul entre os mais altos do mundo, bem à frente do brasileiro, mas os resultados da Figura 29 apontam na direção oposta: a fátia do centésimo mais rico não só é menor do que no Brasil como também está bem abaixo até dessa mesma fátia nos Estados Unidos. Pior, há uma prolongada redução da concentração no topo justamente durante o período do *apartheid*.

Não é possível descartar a hipótese de que resultados tão contraintuitivos decorrem simplesmente das deficiências dos dados e das idiossincrasias da legislação tributária sul-africana. Alvaredo & Atkinson (2010), responsáveis pela construção das

séries, confirmam e documentam as limitações e cuidados necessários, considerando que, apesar de tudo, os resultados são relativamente confiáveis.

Com efeito, a história sul-africana permite dar algum sentido a eles. Embora o *apartheid* propriamente dito tenha tido seu ponto de partida na vitória eleitoral do Partido Nacional em 1948, a legislação e as políticas segregacionistas e racistas começaram antes, intensificando-se a partir da Primeira Guerra. Ao mesmo tempo, a mobilização de parte significativa dos brancos africanos envolvia o ressentimento contra a elite branca de ascendência inglesa, expressa na insatisfação com a entrada na Segunda Guerra ao lado dos ingleses. No tocante à discussão na Parte I, todo o brutal maquinário institucional do *apartheid* permitiu a ascensão dos brancos africanos e, no que diz respeito à desigualdade, deslocou a dicotomia fundamental para o conflito entre brancos e negros — ou, melhor dizendo, não brancos —, promovendo alguma redistribuição entre os próprios brancos.

Em sua crítica a Piketty, Acemoglu & Robinson (2015) desenvolvem o mesmo argumento para o caso sul-africano, com o objetivo de mostrar que o foco no 1% mais rico pode ser enganoso, já que intervenções pesadas para garantir a supremacia da população branca coexistiram com a queda da concentração no topo. O que eles desconsideram é que atípica foi a situação, tanto no tocante ao aparato institucional quanto aos resultados com base no imposto de renda. Na comparação com o Reino Unido e outras ex-colônias britânicas, Alvarado & Atkinson (2010) notam justamente que a África do Sul é muito desigual e que a distribuição da renda dentro do 1% mais rico é menos concentrada do que nos outros países, o que é consistente com a explicação do parágrafo anterior.

Por fim, a Tabela 3 completa o panorama internacional, exibindo a concentração média no topo em três quinquênios

que representam momentos-chave da evolução da desigualdade no século XX: em 1930–1935, em meio aos choques que reduziram a fração do topo, antes do impacto grande da Segunda Guerra; em 1970–1975, logo antes da tendência de aumento verificada principalmente nos países anglofônos; e em 2010–2015, pegando o período posterior à crise de 2008.

Tabela 3. Fração média recebida pelo 1% mais rico nos quinquênios 1930-1935, 1970-1975 e 2010-2015

País	Incluiu ganhos de capital?	1930-1935	1970-1975	2010-2015
Brasil	Sim	24,3	24,6	23,2
Estados Unidos	Sim	16,9	9,2	20,7
Suécia	Sim	12,3	5,8	8,8
África do Sul	Não	17,6	12,7	16,7
Austrália	Não	10,5	5,7	9,2
Canadá	Não	16,8	8,8	12,2
Dinamarca	Não	13,9	8,0	6,4
Estados Unidos	Não	15,9	7,9	17,8
Frância	Não	14,3	8,5	8,8
Japão	Não	18,5	7,8	9,5
Noruega	Não	12,7	5,7	7,8
Nova Zelândia	Não	8,7	7,0	8,1
Países Baixos	Não	15,3	7,2	6,4
Reino Unido	Não	17,0	6,8	12,7
Suécia	Não	12,3	5,7	7,1
Suíça	Não	10,9	9,8	10,6

Fonte: para o Brasil, ver Capítulo 4. Para os demais países, World Wealth and Income Database (Alvarado et al., 2015).

N.B.: somente foram incluídos os países com pelo menos uma observação em cada quinquênio.

Os resultados são compatíveis com toda a discussão anterior. Embora já fôssemos mais desiguais em 1930–1935, a diferença em relação ao resto do mundo era bem menor do que a verificada em 1970–1975, especialmente nos países ricos que tiveram de se mobilizar para a Segunda Guerra. No período mais recente, a concentração no topo recrudescu muito nos Estados Unidos e, em menor grau, em outros países anglofônos e alguns outros casos, e mudou muito pouco em países como França, Suíça e afins. Com isso, a dispersão entre os valores médios segue uma curva em “U”, partindo de um valor alto no primeiro quinquênio, descendo bastante de patamar

em 1970-1975 e voltando a níveis altos em 2010-2015. Do ponto de vista brasileiro, continuamos com a maior concentração, agora relativamente próximos dos americanos.

Em suma, as comparações corroboram que o Brasil é um dos países com maior concentração no topo, quicá o que apresenta a maior. Por aqui, o 1% mais rico recebe em torno de 23% da renda total. Em outros países muito desiguais, esse percentual fica próximo a 20%, como nos Estados Unidos e na Colômbia. Nos países mais igualitários, ele não ultrapassa os 10%, como na França e no Japão.

A trajetória da concentração no topo é bem diferente da observada em boa parte do mundo desenvolvido, aproximando-se mais da experiência argentina, pelo menos até a década de 1960. Como preconizou Williamson (2015), parte do excepcionalismo latino-americano quanto à desigualdade é razoavelmente recente: um século atrás as diferenças entre o 1% mais rico aqui e alhures eram bem menores. Nem passamos pelos choques nem adotamos os arranjos político-institucionais que derrubaram e estabilizaram a desigualdade em níveis baixos nos países ricos, apesar de não termos escapado por inteiro do “grande nivelamento”. Como na Argentina, o período áureo do desenvolvimentismo promoveu alguma redistribuição, anulada pelo golpe subsequente.

Adicionalmente, a explicação baseada sobretudo em instituições políticas e no modo como o aparato estatal foi utilizado em prol de diferentes estratégias de acumulação — também para mediar os impactos de choques externos — parece aplicável para muito além da experiência brasileira. O caráter inercial da desigualdade e sua tendência a mudar de pressa apenas em situações de crise e ruptura podem ser vistos em muitos outros países. É raro observar mudanças prolongadas, graduais e profundas na fatia apropriada pelo topo da distribuição.

Tudo isso produz ao menos uma implicação preocupante para o Brasil: não há exemplo de país que tenha saído do nosso patamar de concentração no topo e conseguido, em condições democráticas normais, reduzi-la de forma progressiva e suave para níveis franceses ou alemães, sem rupturas ou sobressaltos. Na melhor das hipóteses, teremos de inventar algo aparentemente inédito caso esse seja um objetivo político desejado.

5.5.2 Em busca da curva de Kuznets

Como discutido no Capítulo 2, nenhum autor simboliza melhor a era das narrativas benignas sobre a desigualdade do que Simon Kuznets, economista russo naturalizado americano. A denominada “curva de Kuznets” foi central para o abandono das visões polarizadas da estratificação em prol de teorias otimizadas da modernização. Por décadas, a procura pelo “U invertido” e a explicação de sabor estrutural-setorial de Kuznets nortearam as pesquisas sobre desigualdade, em particular os estudos comparativos.

Em sua formulação mais famosa, Kuznets (1955) foi antes de tudo cauteloso. O texto evita o tempo todo fazer afirmações fortes e introduz entretantos, poréns e todavias. As imperfeições dos dados são lembradas e a generalidade das conjecturas é repetidamente colocada em dúvida. Apesar disso, a ambição de Kuznets era elevada: elaborar uma explicação causal para o nível e a trajetória da desigualdade, contrapondo forças que puxam para a divergência — por exemplo, a poupança dos mais ricos — com forças de convergência, passando por decisões políticas e demandas por serviços e redistribuição.

O âmago do argumento reside na dinâmica intrínseca ao desenvolvimento de sociedades economicamente livres, com

ênfase na transição do setor agrícola para o urbano e industrial. Não à toa, a popularização das hipóteses derivadas do seu modelo concentrou-se nesse aspecto. Em essência, o postulado é que o processo de crescimento econômico, ao transformar sociedades pobres e rurais em ricas, urbanas e industriais, põe em movimento processos estruturais que geram um “U invertido” na evolução da desigualdade. Em um primeiro momento, a desigualdade total aumenta, puxada pela expansão de um setor urbano-industrial mais rico e inicialmente mais desigual do que o agrícola. Conforme o processo se desenrola, a desigualdade eventualmente se estabiliza para, em seguida, declinar, em função do tamanho dominante adquirido pelo setor urbano e, sobretudo, da diminuição de sua desigualdade interna. Essa diminuição ocorre pela combinação de tendências demográficas, políticas e sobretudo econômicas, uma vez que as inovações tecnológicas e a competição no mercado de trabalho tendem a erodir o poder das indústrias e famílias já estabelecidas.

Meio século depois, a hipótese de Kuznets anda em baixa, sem, contudo, perder a majestade, ainda atuando como eixo organizador do debate sobre desigualdade. Por isso, vale explorar os dados do IRPF para avaliar em que medida há algo a ser recuperado. No caso brasileiro, o “U invertido” de Kuznets é relevante até por razões históricas, pois boa parte do discurso legitimador dos primeiros anos da ditadura baseou-se em uma adaptação desse modelo, como discutido na Seção 2.6 do Capítulo 2. Ademais, pode-se aproveitar a existência de um banco de dados internacional como o WWID para comparar os países entre si, já que o próprio Kuznets trabalhou com dados tributários, destacou entre os fatores de divergência a concentração da propriedade e da poupança nos mais ricos e, ainda por cima, considerou a polarização entre os ricos e as massas empobrecidas a característica definidora da distribuição de renda dos países em desenvolvimento.

Como os resultados mais próximos da curva de Kuznets são normalmente obtidos em dados transversais, a Figura 30 começa por aí, reportando, por volta de 2010, a relação entre a fração da renda total recebida pelo centésimo mais rico e o PIB *per capita*, em dólares internacionais de Geary-Khamis em valores reais de 1990.

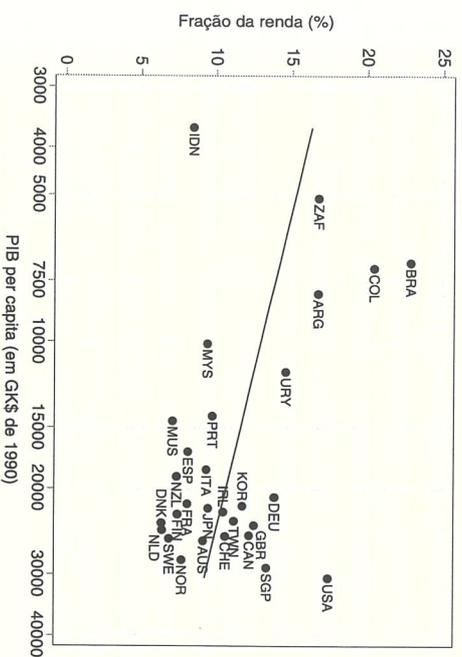


Figura 30. Relação entre a fração recebida pelo 1% mais rico e renda *per capita* em 29 países, 2010

Fonte: para o Brasil, elaboração própria com base em tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais, ver Capítulo 4. Para os demais países, World Wealth and Income Database (Alvaredo et al., 2015). Os PIBs *per capita* para todos os países são provenientes do The Maddison Project (2013). N.B.: em razão da falta de dados, em oito países foram selecionados os anos disponíveis mais próximos a 2010.

Para os defensores tardios da hipótese de Kuznets, o gráfico apresenta no máximo um copo meio cheio. De fato, os países mais ricos são menos desiguais — com exceção do mais rico da amostra, os Estados Unidos — e a tendência linear tem inclinação negativa. Ainda assim, seria preciso cortar um dobrado para encaixar os resultados na previsão de Kuznets. Mesmo os dados transversais indicam heterogeneidade

substancial, com países com renda muito baixa, como a Índia, ou média, como a Malásia, mostrando concentração no topo até inferior à de muitos países ricos. O Brasil está muito acima do que seria predito somente pelo nosso PIB *per capita*, assim como os outros três países latino-americanos (Argentina, Colômbia e Uruguai). Por sinal, basta remover os quatro representantes da América Latina para a inclinação negativa da tendência linear desaparecer por completo.

Na prática, em quase todos os países, ricos ou não, o centésimo no topo da distribuição leva entre 5% e 15% da renda. Dos 29 países, somente em cinco (17%), incluindo-se três dos quatro latino-americanos, a fração do 1% mais rico está acima de 15%. Em comparação, em 15 países (52%) a concentração no topo está abaixo de 10%.

A caracterização oferecida pelos dados transversais é útil para descrever os padrões atuais e fornecer parâmetros de comparação. Porém, um teste mais apropriado da hipótese de Kuznets se dá pela análise das séries temporais de cada país. A Figura 31 apresenta a evolução da relação entre a fração dos mais ricos e o PIB *per capita* para dois estratos no topo da distribuição de renda no Brasil: o centésimo e o milésimo mais ricos.

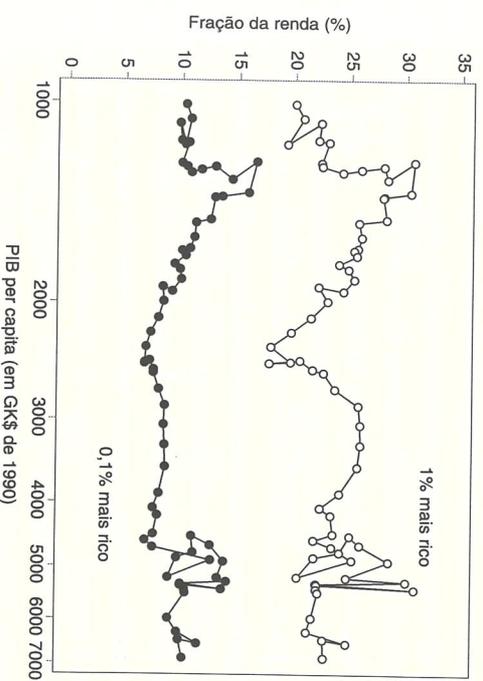


Figura 31. Relação entre desigualdade e renda *per capita*. Brasil, 1926–2010 (%)

Fonte: elaboração própria com base em tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais; ver Capítulo 4. PIB *per capita* proveniente do The Maddison Project (2013).

Em termos gerais, nota-se que as séries do gráfico são semelhantes às suas contrapartes na Figura 19, que trouxe a evolução da fração do 0,01%, 0,1% e 1% mais ricos ao longo dos anos. Isso não é coincidência, refletindo o crescimento robusto da economia brasileira entre os anos 1930 e o fim da década de 1970. Em dólares internacionais de 1990, nosso PIB *per capita* saltou de cerca de GK\$ 1,000 em 1931 para GK\$ 5,200 em 1980 (taxa média de 3,4% ao ano). A desaceleração econômica desde então faz que os dados mais recentes sejam menos claros. De 1980 a 2010, o crescimento foi de apenas 32%, ou pouco menos de 1% ao ano.

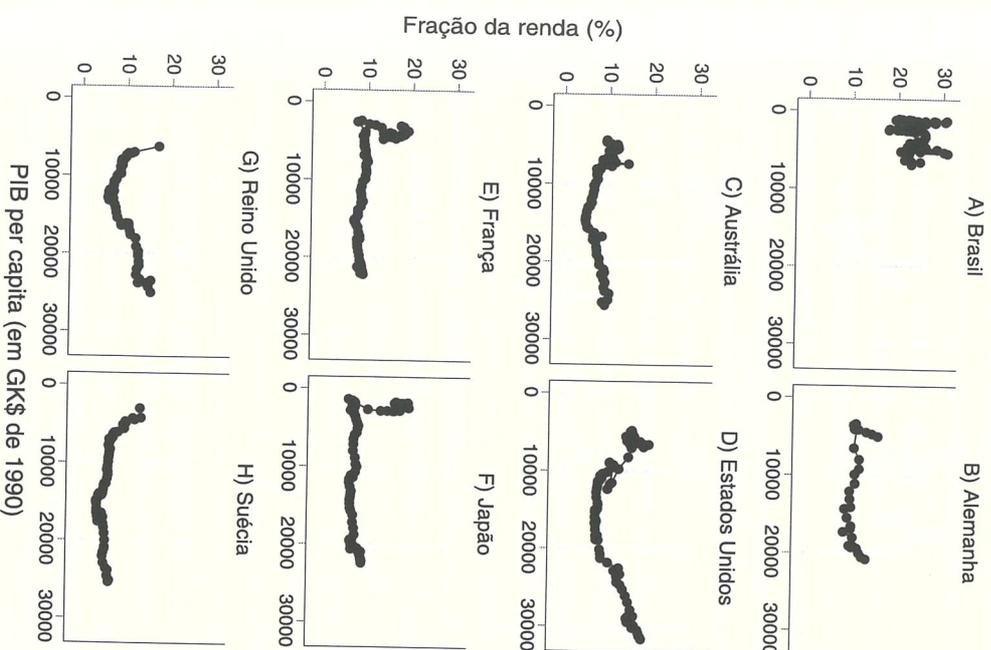
No longo prazo, crescimento houve, e não foi pouco. O que faltou foi o “U invertido” de Kuznets. Assim como antes, a evolução da desigualdade em função do PIB *per capita* não revela nenhuma tendência secular com direção bem definida. Há, no máximo, duas ondas — mais pronunciadas para o 1%

do que para o 0,1% — de ascensão e queda da fração dos ricos, próximas da caracterização de Frankema (2009), sem promover alterações permanentes no nível da concentração no topo. A relativa estabilidade recente dá-se no patamar de 20%-25% visto durante a maior parte do tempo.

Essas ondas correspondem aos períodos assinalados na Seção 5.3.1, com um momento de inflexão no golpe de 1964. O gráfico permite uma nova visualização de algo já mencionado: a concentração no topo começou a aumentar já no início da ditadura e cresceu só até os primeiros anos do “milagre”, estabilizando-se depois e até diminuindo um pouco no final da década de 1970; basta ver a parábola descrita na série para o 1% mais rico. Nesse sentido, para retomar a discussão da Seção 2.6 do Capítulo 2, as explicações de Fishlow (1972), Hoffmann & Duarte (1972) e Wells (1974) acerca da natureza política da piora na distribuição de renda são mais adequadas aos resultados do que a interpretação kuznetsiana e educacional de Langoni (1973). Não se pode concluir daí que a desigualdade de renda no Brasil seja sempre independente das profundas desigualdades educacionais, e sim que o *timing* e o caráter do aumento da concentração no topo nos anos 1960 não podem ser explicados simplesmente pelo recurso à inelasticidade da oferta de trabalhadores qualificados em um ambiente de livre mercado de uma sociedade em desenvolvimento.

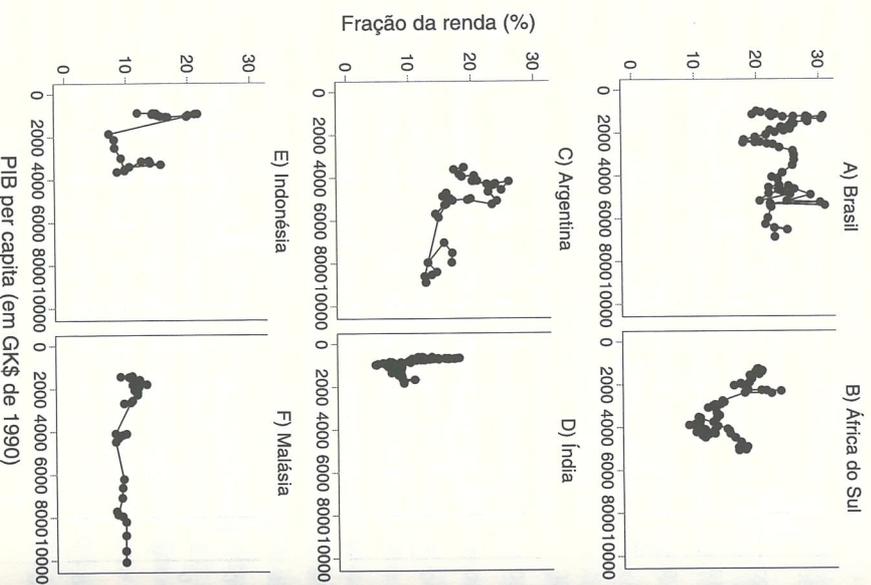
Logo, o processo de crescimento rápido e urbanização não detonou no Brasil forças de convergência capazes de produzir o “U invertido”. Resta saber se algo parecido ocorreu nos outros países para os quais temos dados. As Figuras 32 e 33 comparam os resultados brasileiros com os de países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente.

Figura 32. Relação entre a fração recebida pelo 1% mais rico e renda *per capita* no Brasil e em países desenvolvidos selecionados, 1920–2010



Fonte: para o Brasil, elaboração própria com base em tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais; ver Capítulo 4. Para os demais países, World Wealth and Income Database (Alvarado et al., 2015). Os PIBs *per capita* para todos os países são provenientes do The Maddison Project (2013). N.B.: apenas os dados para o Brasil incluem ganhos de capital e transferências patrimoniais.

Figura 33. Relação entre a fração recebida pelo 1% mais rico e renda *per capita* no Brasil e em países em desenvolvimento selecionados, 1920-2010



Fonte: para o Brasil, elaboração própria com base em tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais; ver Capítulo 4. Para os demais países, World Wealth and Income Database (Alvarado et al., 2015). Os PIBs *per capita* para todos os países são provenientes do The Maddison Project (2013). N.B.: apenas os dados para o Brasil incluem ganhos de capital e transferências patrimoniais.

Nenhum caso chega sequer perto de um “U invertido” bem-comportado. No contraste com os países desenvolvidos, para além de ficar patente a pobreza relativa e a instabilidade da concentração no topo no Brasil, o que se vê é que em vários

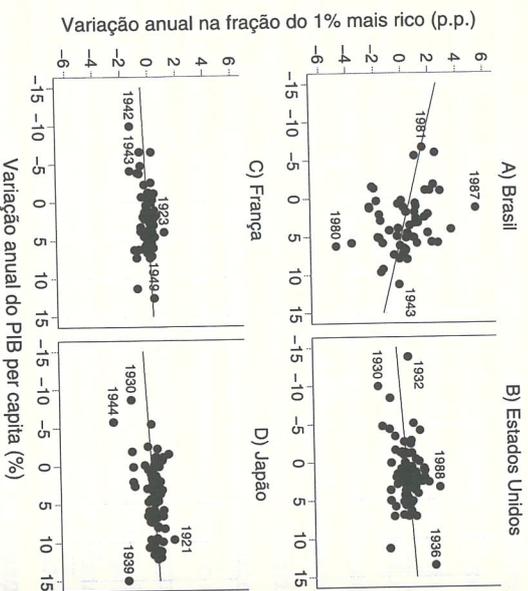
deles a curva se aproxima de um “L”, com inclinação quase vertical no início do período, em particular durante a Segunda Guerra. Em outros países, o formato é mais próximo de um “U” (não invertido) em função da reconcentração recente no topo, como nos Estados Unidos.

A Figura 32 também possibilita avaliar a hipótese de Williamson (2015) sob novo ângulo, corroborando que ele estava ao menos parcialmente correto ao localizar, em termos comparativos, a origem da alta desigualdade latino-americana em passado recente, por oposição às interpretações clássicas que destacam a herança colonial. Os gráficos não chegam a captar o momento em que os PIB *per capita* dos países desenvolvidos selecionados eram iguais aos do Brasil no começo do século XX; de todo modo mostram que, quando esses países estavam abaixo de GK\$ 10,000 por pessoa, a fração apropriada pelo centésimo mais rico chegava, em vários casos, perto dos 20%, valor não tão distante assim da média brasileira no século. A trajetória em “L” mencionada no parágrafo anterior, afinal, nada mais é do que o “grande nivelamento” de Williamson.

A Figura 33, com as comparações entre os poucos países em desenvolvimento com dados históricos, tampouco é anímadora para a hipótese de Kuznets. Com exceção talvez da dupla Brasil-Argentina, cada país segue uma trajetória própria e pouco previsível. Contraste-se qualquer um dos painéis com os do gráfico anterior: afora a Malásia, a concentração no centésimo mais rico é bem mais errática ao longo do tempo nos países em desenvolvimento. A Índia, por exemplo, passou por grandes variações na fatia nos ricos, sem deixar de ser um país bastante pobre. O programa socializante e planificador implementado entre a independência em 1950 e os anos 1980 comprimiu a fração dos mais ricos, enquanto as reformas liberalizantes desde então promoveram maior crescimento e maior desigualdade (Banerjee & Piketty, 2010).

Por fim, em nome da completude, a Figura 34 apresenta a relação entre as variações na fração do centésimo mais rico e as taxas anuais de crescimento econômico no Brasil e nos três países desenvolvidos selecionados na Figura 29. Destarte, a comparação deixa de se dar entre níveis de desigualdade e níveis de renda para relacionar explicitamente as variações nessas duas variáveis. Para tornar a apresentação mais clara, foram omitidos os pontos em que a variação na fatia do centésimo mais rico excedeu ± 6 p.p. e/ou o PIB *per capita* oscilou mais do que ± 15 p.p., o que acarretou a eliminação de 3% dos casos, em sua maior parte em função de guinadas abruptas do PIB *per capita* durante a Segunda Guerra.

Figura 34. Relação entre a variação da fração recebida pelo 1% mais rico e o crescimento do PIB *per capita* no Brasil e em países desenvolvidos selecionados, 1920-2010



Fonte: para o Brasil, elaboração própria com base em tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais; ver Capítulo 4. Para os demais países, World Wealth and Income Database (Alvaredo et al., 2015). Os PIBs *per capita* para todos os países são provenientes do The Maddison Project (2013).

N.B.: apenas os dados para o Brasil incluem ganhos de capital e transições patrimoniais. Para facilitar a visualização, o gráfico omite anos atípicos, incluindo somente os pontos em que $x \in [-15, 15]$ e $y \in [-6, 6]$.

A tendência linear com inclinação negativa observada para o Brasil vai na contramão da dos outros três países. Nos Estados Unidos, na França e no Japão, há uma tímida correlação positiva entre crescimento e aumento da concentração no topo. No Brasil, temos o oposto, indicando que, no século XX, o maior crescimento conviveu com reduções modestas na fração do 1% mais rico. Obviamente, essas associações não devem ser interpretadas em termos causais e, ainda por cima, são sensíveis a outliers. A mensagem principal do gráfico é outra: a diferença de padrão tem o sinal oposto do esperado caso o Brasil, por ser mais pobre, fosse um exemplo dos processos conjecturados por Kuznets.

O gráfico deixa claro, mais uma vez, como a fatia dos mais ricos no Brasil foi mais instável do que nos países desenvolvidos. Parte disso pode decorrer de limitações dos nossos dados. No entanto, é difícil ignorar o peso das nossas turbulências institucionais e econômicas ao longo do século. Isso se vê até nos três países ricos: como os rótulos indicam, os anos com maiores variações na desigualdade foram, normalmente, igualmente atribulados, com grande presença do período tenso entre a Grande Depressão e a Segunda Guerra.

Portanto, apesar do seu apelo intuitivo, o “U invertido” de Kuznets passou longe da experiência brasileira e internacional no século XX, no que diz respeito à concentração de renda no topo. Mudanças estruturais como urbanização e industrialização — relativamente bem captadas pelo PIB *per capita* — certamente alteraram a estrutura de oportunidades disponíveis aos diversos grupos sociais, sem impor, todavia, nenhuma tendência unívoca à desigualdade, nem aqui nem ali. No caso brasileiro, só a parte final do aumento da concentração no topo durante a ditadura ocorreu no período do “milagre”, torrando pouco críveis explicações otimistas baseadas em narrativas benignas à *la* Kuznets.

A não relação aparente entre mudanças estruturais e desigualdade não significa ausência *tout court* de relação entre variáveis “estruturais” em sentido amplo e a concentração de renda. Afinal, muita coisa não mudou tanto assim no período. Para ficar em apenas dois exemplos óbvios, basta mencionar a concentração fundiária e o atraso educacional. O ponto principal é que não há motivos para esperar que forças intrínsecas ao crescimento provoquem transformações de maior magnitude nessas e em outras dimensões relevantes.

A comparação internacional corrobora a conclusão de que o Brasil de fato não é muito mais desigual do que eram os países hoje desenvolvidos quando tinham nossa renda *per capita*. Se oscilamos entre 20% e 35%, muitos deles estavam em torno de 20% há cerca de um século, com percentuais muito mais próximos do nosso do que se viu depois da Segunda Guerra. Contra Kuznets ou qualquer vulgarização otimista, não se pode esquecer que esses países não seguiram uma trajetória tranquila de enriquecimento e redistribuição gradual. Pelo contrário, a concentração no topo mudou drasticamente quando os níveis de renda ainda eram baixos para os padrões atuais.

No que diz respeito aos países em desenvolvimento, além de não se ver o “U invertido”, os resultados mostraram poucas semelhanças entre as suas trajetórias. Com exceção do par Brasil-Argentina, quando se controla pelo PIB *per capita* não há um padrão compartilhado claro, e quando se olha a evolução temporal, tendências gerais são apenas ligeiramente mais perceptíveis. Ninguém negaria que há em ação forças comuns, na esteira da globalização, ou estruturais. Porém, o filtro nacional ainda é decisivamente forte para moldar a concentração de renda no topo.

5.6 Considerações finais

A HISTÓRIA da desigualdade de renda no Brasil no século XIX não se presta a narrativas simples. Os resultados baseados em tabulações do IRPF mostram que, entre 1926 e 2013, a concentração no topo combinou estabilidade e mudança. A estabilidade expressa-se na ausência de tendências claras de longo prazo e na flutuação da fração da renda recebida pelo 1% mais rico entre 25% durante grande parte do tempo. Tãmanha concentração destoa dos padrões internacionais e coloca sempre o Brasil entre os países mais desiguais dentre aqueles com dados disponíveis. Com isso, não é exagero reafirmar que o quinhão apropriado pelos ricos é o traço marcante da desigualdade brasileira.

A permanência da desigualdade deu-se em meio a mudanças econômicas e sociais muito profundas em um país cuja população multiplicou-se por seis e o PIB *per capita* aumentou doze vezes ao longo de nove décadas. Para recuperar a boa e velha metáfora culinária, o bolo cresceu, mas não foi dividido, nem mesmo nos últimos anos: na contramão dos resultados mais positivos das pesquisas domiciliares, nos dados tributários a fatia da renda apropriada por todos os estratos no topo — do 0,01% aos 15% mais ricos — ficou, na melhor das hipóteses, relativamente estável entre 2006 e 2013.

Nada disso deve obscurecer o fato de que estabilidade não é sinônimo de tranquilidade. Pelo contrário, mesmo que o saldo líquido final tenha sido quase nulo, houve muitas idas e vindas significativas. Ao que tudo indica, a concentração no topo aumentou bastante no Estado Novo e especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, com grandes ganhos relativos para os mais ricos entre os mais ricos, isto é, o 0,01%

e 0,1%. Com o fim da ditadura e das condições excepcionais de guerra, a concentração arrefeceu e em 1950 já estava de volta ao patamar de meados dos anos 1930. Depois de alguns anos de estabilidade, a fração dos mais ricos voltou a declinar de forma consistente nos últimos anos dos interregnos democrático de 1945-1964, sobretudo na segunda metade da década de 1950, quando atingiu os valores mais baixos da série histórica, em um movimento descendente puxado pelas perdas relativas do 0,01% e 0,1% mais ricos.

O golpe militar marcou um ponto de inflexão, com a fração do centésimo mais rico revertendo a tendência anterior e subindo de pouco menos de 20% para mais de 25% entre 1964 e 1970. Dessa vez, o recrudescimento da concentração no topo não foi movido pelos mais ricos entre os mais ricos, e sim pelos estratos logo atrás. Esse aumento não pode ser facilmente vinculado a narrativas benignas kuznetsianas que ligam a maior desigualdade ao crescimento, pois ocorreu em sua maior parte nos anos de estagnação e ajuste, antes da decolagem econômica em 1968. Na maior parte do “milagre”, entre 1970 e 1974, a fração dos mais ricos pouco mudou, declinando de leve na segunda metade dos anos 1970. A instabilidade macroeconômica que se seguiu ensejou instabilidade também na concentração do topo, que, *grasso modo*, subiu muito durante a “década perdida” de 1980, mais uma vez puxada pelos mais ricos entre os mais ricos. Depois disso, a ausência de dados e as reformas do IRPF tornam a análise mais incerta. O que se pode dizer é que houve uma queda importante entre o fim dos anos 1980 e meados dos anos 1990, ou talvez até dos anos 2000, se levarmos em conta a ausência de dados ordenados por rendimentos totais e a necessidade de imputação dos rendimentos não tributáveis. A partir de 2006, como dito, não houve nenhuma mudança digna do nome.

Essas e outras evidências permitem retomar as três perguntas que organizaram a discussão do capítulo. A primeira dizia respeito à existência ou não de tendências de longo prazo na concentração de renda, sobretudo decorrentes de mudanças estruturais como industrialização e urbanização. A hipótese mais tradicional é a da curva em “U invertido” postulada por Kuznets, que destaca forças que primeiro aumentam e depois reduzem a desigualdade, conforme o processo de desenvolvimento econômico amadurece. Nada nos resultados autoriza essa interpretação. A concentração no topo no Brasil não apresenta nenhuma tendência unívoca de longo prazo, seja para o aumento ou para a diminuição da desigualdade. As ondas de ascensão e queda que tivemos dificilmente cabem no modelo de Kuznets, estando mais próximas da caracterização empírica de Frankema (2009). Isso, aliás, não é exclusividade brasileira: como visto, o “U invertido” de Kuznets foi virtualmente inexistente nos últimos cem anos nos países para os quais há informações.

A segunda pergunta dizia respeito à relação entre o regime político e a desigualdade: questiona-se se a democracia está associada a uma menor concentração no topo, como preconizam teorias do eleitor mediano e muitas interpretações recentes do Brasil. A resposta é que isso é só parcialmente verdadeiro. A fração dos mais ricos foi maior durante nossas duas ditaduras do último século e menor após as redemocratizações, mas não se pode deixar de fazer qualificações importantes. Primeiro, a combinação do Estado Novo com a Segunda Guerra parece ter sido mais relevante para a alta da desigualdade do que o regime ditatorial puro e simples, assim como a eliminação das condições excepcionais da guerra parecem ter sido fundamentais para sua redução imediata. Segundo, a piora da concentração no topo depois do golpe de 1964 ocorreu na primeira década da ditadura, com subsequente